

----- *Tradução dos Clássicos* -----

Sobre a questão do parlamentarismo¹

György Lukács

Tradução²: Alexandre Aranha Arbia

1

Afirma-se agora, universalmente, que a questão do parlamentarismo não é uma questão de princípio, mas simplesmente tática. Apesar de sua indubitável veracidade, esta tese parece, porém, obscura em vários aspectos. Deixando de lado que dita tese é sustentada quase exclusivamente por aqueles que – praticamente – apoiam o parlamentarismo, e que, portanto, a formulação significa quase sempre uma tomada de posição a favor do parlamentarismo, com a simples constatação de que uma questão não é de princípio, senão de natureza tática, diz-se certamente muito pouco. Em especial porque – como consequência da falta de uma verdadeira epistemologia socialista – a relação entre uma tática e os princípios não foi ainda absolutamente esclarecida.

Sem abordar esse problema nem sequer de modo alusivo, é preciso sublinhar, no entanto, o seguinte. A tática significa a aplicação prática dos princípios determinados em forma teórica. A tática é, em consequência, o nexos de união entre a postulação de um fim e a realidade imediatamente dada. Encontra-se determinada, pois, a partir de duas perspectivas. Por um lado,

¹ Publicado em *Kommunismus* 1/6, em 1920, este artigo, marca a posição de Lukács na discussão a respeito da atuação parlamentar, pelos comunistas, tema recorrente nos debates entre os integrantes da Terceira Internacional. Trata-se do famoso artigo atacado por Lênin, que terminou por acusar o marxismo de Lukács, na ocasião, de “esquerdista”, “artificial” e “puramente verbal”, sobretudo no que dizia respeito às distinções entre táticas “ofensivas” e “defensivas”. Como se sabe, o ataque de Lênin impôs ao filósofo magiar a primeira autocrítica de sua fase marxista e marcou sua aproximação definitiva(s) às ideias de Lênin.

² O texto foi traduzido a partir da edição castelhana, cuja organização, tradução e introdução couberam a Miguel Vedda e Antonino Infranca, e compõe o volume *Táctica y ética. Escritos tempranos (1919-1929)*. Buenos Aires: Herramienta, 2014. p. 85-95. A tradução foi realizada por Alexandre Aranha Arbia e a revisão da tradução e o cotejamento com a edição alemã coube a Ronaldo Vielmi Fortes. Os editores da revista *Libertas* agradecem aos organizadores da edição castelhana, que gentilmente permitiram que a versão fosse traduzida ao português e publicada neste número.

pelos princípios e postulações de fim determinados inapelavelmente pelo comunismo. Por outro, pela realidade histórica em constante mudança. Ainda que se tenha falado repetidas vezes sobre a grande ductilidade da tática comunista (ao menos no que diz respeito a como tal tática deveria ser), não se pode esquecer, para uma compreensão adequada desta tese, que *a falta de rigidez da tática comunista é a consequência direta da rigidez dos princípios do comunismo*. Somente pelo fato de que os princípios imutáveis do comunismo são chamados a transformar a realidade histórica em constante mudança de um modo vivo e proveitoso, podem esses princípios conservar essa maleabilidade. Toda “*Realpolitik*”, toda ação desprovida de princípios, torna-se rígida e esquemática; tanto mais rígida e esquemática quanto mais obstinadamente é sublinhado seu caráter livre de princípios (por exemplo, a política imperialista alemã). Pois, o permanente na mudança, o decisivo dentro da abundância, não pode ser eliminado por nenhuma “*Realpolitik*”. Se essa função não é assumida por uma teoria que está em condições de influir proveitosamente nos fatos, e tornar-se proveitosa graças a eles, devem aparecer, no lugar dessa teoria, o costume, o esquema, a rotina, e a teoria é, então, incapaz de adaptar-se às exigências do instante. Precisamente por essa ancoragem na teoria, nos princípios, diferencia-se a tática comunista de toda tática baseada na “*Realpolitik*”, seja ela de orientação burguesa ou socialdemocrata-pequeno-burguesa. Se, então, para o Partido Comunista, uma questão se encontra determinada como questão tática, cabe perguntar: primeiro, de que princípios teóricos depende a questão correspondente?; segundo, a que situação histórica pode-se aplicar essa tática, de acordo com esta dependência?; terceiro, de que natureza deve ser a tática, também de acordo com esta dependência?; quarto, como deve ser concebido o vínculo da questão tática individual com as outras questões táticas individuais – novamente, de acordo com a vinculação de tais questões táticas com as questões de princípio –?

2

A fim de determinar, com maior precisão, o parlamentarismo como questão tática do comunismo, sempre há que se partir, por um lado, do princípio da luta de classes; por outro, da análise concreta da situação atual, das relações materiais e ideológicas entre as classes em confronto. Do que derivam duas perguntas decisivas. Primeiro, *quando* entra em consideração o parlamentarismo como arma, enquanto meio tático do proletariado? Segundo, *como* esta arma pode ser empregada em benefício da luta de classes do proletariado?

A luta de classes do proletariado nega, de acordo com sua essência, a sociedade burguesa. Isso não significa, de nenhum modo, indiferentismo frente ao Estado, tão

justificadamente ridicularizado por Marx, mas, pelo contrário, um tipo de luta em que o proletariado não se deixa limitar, em absoluto, pelas formas e meios que sociedade burguesa construiu para seus próprios fins – um tipo de luta em que a iniciativa não se encontra de modo algum ao lado do proletariado –. Agora, não se deve esquecer que esta forma totalmente pura da luta de classes proletária raramente pode desenvolver-se com tal pureza. Antes de tudo porque o proletariado, apesar de estar, *de acordo com sua missão histórico-filosófica*, em luta contínua com o ser da sociedade burguesa, nas *situações históricas dadas* encontra-se, muito frequentemente, na defensiva frente a burguesia. A ideia da luta de classes proletária é uma grande ofensiva contra o capitalismo; a história faz essa ofensiva aparecer como se houvesse sido imposta ao proletariado. A situação tática em que o proletariado se encontra em cada caso pode ser descrita da maneira mais simples, conseqüentemente, de acordo com seu caráter ofensivo ou defensivo. Do que já foi dito, deduz-se, espontaneamente, que, em situações defensivas, devem ser empregados meios táticos que contradizem, em sua mais profunda essência, a ideia da luta de classes proletária. A aplicação certamente necessária de tais meios está sempre ligada, por isso, ao perigo de que eles possam pôr em risco o fim em função do qual são empregados – isto é, a luta de classes do proletariado –.

O parlamento, o instrumento mais característico da burguesia, só pode ser, pois, uma *arma defensiva do proletariado*: uma fase da luta de classes em que não é possível ao proletariado – seja como consequência das relações de forças externas, seja por causa da imaturidade ideológica – combater a burguesia empregando seus próprios meios de ataque. A participação na atividade parlamentar significa, pois, para todo partido comunista, *a consciência e o reconhecimento de que a revolução é impensável em um curto prazo*. O proletariado, deslocado na defensiva, pode então aproveitar a tribuna parlamentar com fins de agitação e propaganda; pode aplicar as possibilidades que assegura a “liberdade” da burguesia aos membros do parlamento, como um substituto das formas de expressão que de outra maneira lhes estão vedadas. Pode usar as lutas parlamentares contra a burguesia para concentrar suas forças, a fim de preparar a luta real, autêntica, contra a burguesia.

3

Ainda mais difícil que determinar o momento em que se pode aplicar a tática parlamentar, é indicar como uma fração comunista deve se conduzir no parlamento. (As duas questões se relacionam, ademais, de modo estreito). Alude-se quase sempre ao exemplo de Karl

Liebknecht³ e ao da fração bolchevique na Duma. Ambos mostram, não obstante, o quão difícil é, aos comunistas, encontrar a conduta parlamentar correta; que capacidades extraordinárias são demandadas dos legisladores comunistas. A dificuldade pode ser sintetizada, brevemente, desse modo: o legislador comunista deve lutar contra o parlamento no interior do parlamento e, por certo, através de uma tática que nem por um instante se coloca no terreno da burguesia, do parlamentarismo. Não nos referimos aqui nem ao “protesto” contra o parlamentarismo nem a “luta” contra ele nos “debates” (tudo isto é parlamentar e legalista, é um vazio palavrório revolucionário), mas sim combater o parlamentarismo, a hegemonia burguesa no próprio parlamento *através da ação*.

Essa ação revolucionária não pode fazer outra coisa senão preparar ideologicamente a passagem do proletariado da defensiva para a ofensiva; quer dizer, por meio dessa ação, a burguesia e, junto com ela, seus cúmplices socialdemocratas veem-se obrigados a revelar sua ditadura de classe de um modo que pode tornar-se perigoso para a persistência dessa ditadura. Na tática comunista orientada a desmascarar a burguesia no parlamento, não se trata de uma crítica por meio de palavras (isso pode ser, em muitos casos, simples palavreado revolucionário tolerado pela burguesia), mas de provocar a burguesia para que se desmascare através de ações que, em um dado instante, podem-lhes resultar desfavoráveis. Como o parlamentarismo é uma tática defensiva do proletariado, é preciso organizar a defesa de modo que a iniciativa tática permaneça nas mãos do proletariado e que os ataques da burguesia sejam fatais para ela mesma⁴.

Esperamos que esta exposição desenvolvida de modo muito breve e aproximado mostre já com clareza suficiente as grandes dificuldades dessa tática. A primeira dificuldade a que estão expostos os grupos parlamentares, quase sem exceção, é a de transcender verdadeiramente o parlamentarismo dentro do próprio parlamento. Pois mesmo a crítica mais aguda de uma ação da classe dominante permanece sendo simples palavra, simples palavrório revolucionário se não supera o marco do parlamento; se não tem como consequência que a luta de classes se acenda precisamente nesse momento; que os antagonismos de classe se manifestem de modo mais evidente e que, portanto, a ideologia do proletariado se mostre acelerada. O oportunismo – o grande perigo da tática parlamentar – tem seus fundamentos últimos precisamente aqui:

³ Muito recentemente, por Karl Radek em *Die Entwicklung der Weltrevolution und die Taktik der kommunistischen Parteien im Kampfe um die Diktatur des Proletariats* [A evolução da revolução mundial e a tática dos partidos comunistas na luta pela ditadura do proletariado]. Berlim, 1920, p. 29.

⁴ Essas táticas são, seguramente, as que Engels tem em mente em seu prefácio, com frequência mal entendido – em boa medida, intencionalmente –, a *As Luta de Classes na França*, quando diz que os partidos da ordem foram destruídos pelo estado de “legalidade” que eles mesmos haviam criado. Não pode haver dúvida de que Engels está descrevendo uma situação defensiva.

toda atividade parlamentar que, em sua essência e em seus efeitos, não vai além do parlamento, não tem sequer a tendência de ultrapassar o quadro parlamentar; é oportunista. Ao mesmo tempo, a mais aguda crítica que se desenvolve dentro desse marco não pode produzir a menor mudança. Pelo contrário. Precisamente pelo fato de que uma aguda crítica da sociedade burguesa parece possível dentro do marco parlamentar, ela contribuirá para a perturbação da consciência de classe proletária, desejada pela burguesia. A ficção da democracia parlamentar burguesa consiste precisamente em que o parlamento não apareça como um instrumento de opressão de classe, mas como instrumento de “todo o povo”. Na medida em que todo radicalismo verbal – pelo fato de ser possível dentro parlamento – reforça a ilusão das camadas ainda não despertas, é oportunista e desprezível.

O parlamento deve, portanto, ser sabotado *enquanto parlamento*; a atividade parlamentar deve ser levada além do parlamentarismo. Mas, tão logo a representação parlamentar dos comunistas se propõe tarefa semelhante, revela-se outra dificuldade tática capaz de pôr em grande perigo esse trabalho, inclusive quando parece já haver sido superado o risco do oportunismo. O perigo é que, apesar de todos os esforços da fração parlamentar comunista, a iniciativa e, portanto, a preponderância tática permaneça nas mãos da burguesia. Pois o que determina a preponderância tática é qual dos rivais em conflito consegue impor ao outro as condições de luta que lhe são mais favoráveis. Agora, já se destacou que toda limitação ao parlamentarismo representa um triunfo tático da burguesia; o proletariado se encontra, em muitos casos, frente a seguinte opção: ou se afasta da luta decisiva (limita-se ao parlamentarismo: perigo de oportunismo), ou vai além do parlamentarismo, apelando às massas, em um momento em que tal manobra é favorável à burguesia. O exemplo mais claro do caráter insolúvel desta questão é oferecido pela atual situação do proletariado italiano.⁵ As eleições – que foram abertamente conduzidas sob a bandeira comunista, como uma “agitação” generosa – proporcionaram ao Partido um grande número de mandatos. E agora? Ou bem participar no “trabalho positivo” do parlamento, tal como desejam Turati e seus iguais, o que traz como consequência o triunfo do oportunismo, a debilitação do movimento revolucionário. Ou sabotar abertamente o parlamento, o que levará, cedo ou tarde, a um confronto direto com a burguesia, sem que o proletariado esteja em condições de escolher o momento em que este confronto ocorrerá. Para que não haja má interpretação: não partimos da ridícula pressuposição

⁵ A exceção da pequena fração “abstencionista” de Bordiga, os Socialistas Italianos (PSI) participaram na eleição de novembro de 1919 e obtiveram 150 cadeiras, convertendo-se no maior partido parlamentar. Filippo Turati era o líder da ala direita do Partido. O Segundo Congresso da Terceira internacional exigiu sua expulsão (junto com a dos demais líderes de direita) no verão de 1920. [Nota do tradutor da edição castelhana]

de que é possível “escolher o momento” em que ocorrerá a revolução; pelo contrário, acreditamos que as explosões revolucionárias são ações espontâneas das massas, nas quais o Partido tem a função de despertar a consciência do fim e indicar a direção. Todavia, como o ponto de partida do enfrentamento está no parlamento, essa espontaneidade está posta em perigo. A ação parlamentar converte-se em manifestação vazia (por consequência, no longo prazo, exaure e adormece as massas) ou suscita provocações exitosas por parte da burguesia. A fração italiana – por temor diante dessa última possibilidade – oscila, instável, entre as manifestações vazias e o ligeiro oportunismo da fraseologia revolucionária. (A propósito, junto com esses erros táticos de método, foram cometidos também, por assim dizer, erros táticos de conteúdo; por exemplo, a manifestação pequeno-burguesa a favor da república).

4

Este exemplo manifesta claramente como uma “vitória eleitoral” pode ser perigosa para o proletariado. Pois o maior perigo reside, para o partido italiano, no fato de que sua atividade antiparlamentar pode conduzir muito facilmente à destruição do parlamento..., embora o proletariado italiano ainda não possua, em termos de ideologia e organização, a maturidade necessária para a luta decisiva. A contradição entre a vitória eleitoral e a falta de preparação ilumina claramente a nulidade daquele argumento a favor do parlamentarismo, que nele vê uma espécie de “desfile militar” do proletariado. Se os “votos” obtidos significassem verdadeiros comunistas, esses escrúpulos seriam inválidos e a maturidade ideológica já existiria.

Através disso, revela-se também que a própria agitação eleitoral não se encontra isenta de riscos, mesmo como mero meio propagandístico. A propaganda do Partido Comunista deve servir para despertar a consciência de classe das massas proletárias, para incitá-las à luta de classes. Consequentemente, deve orientar-se no sentido de acelerar, na medida do possível, o processo de diferenciação dentro do proletariado. Somente desse modo pode-se conseguir que, por um lado, o núcleo consciente e firme do proletariado revolucionário (o Partido Comunista) se desenvolva quantitativa e qualitativamente; por outro, que o partido arraste as camadas semiconscientes pelo exemplo da ação revolucionária e as leve a tomar consciência revolucionária de sua situação. Pois a captura de votos não somente não é nenhuma ação, mas algo pior: uma ação aparente, a ilusão de uma ação; donde não atue despertando a consciência, mas, pelo contrário, turva-a. Constitui-se um exército aparentemente grande que, no instante em que é necessário resistir seriamente, falha por completo (Socialdemocracia alemã, em agosto de 1914).

A situação ocorre necessariamente da forma tipicamente burguesa dos partidos parlamentares. Como ocorre em toda a organização da sociedade burguesa, o fim último, ainda que raramente consciente, dos partidos parlamentares burgueses é obscurecer a consciência de classe. Enquanto minoria da população condenada ao desaparecimento, a burguesia só pode assegurar seu domínio alinhando em suas fileiras todos os setores ideologicamente vacilantes e confusos. O partido parlamentar burguês é, por conseguinte, resultante dos mais diversos interesses de classe (a propósito, do ponto de vista do capitalismo, o compromisso é sempre maior que o real). Mas, ao proletariado, esta estrutura partidária é imposta quase sempre que ele participa na luta eleitoral. A vida autônoma de todo mecanismo eleitoral, que necessariamente trabalha para obter a maior “vitória” possível, faz com que os slogans se orientem no sentido de atrair “simpatizantes”. E mesmo quando isso não aconteceu ou, pelo menos, não ocorreu de forma consciente, toda a técnica da eleição implica a captação de “aficionados”; isso encerra o perigo fatal de estabelecer uma separação entre convicção e ação e de produzir, desse modo, uma tendência ao aburguesamento, ao oportunismo. A tarefa educativa dos partidos comunistas, o efeito sobre os grupos do proletariado que se mostram confusos e hesitantes, só pode tornar-se verdadeiramente frutífera quando neles fixa a persuasão revolucionária através do exemplo da ação revolucionária. Toda campanha eleitoral mostra – em concordância com sua natureza burguesa – uma direção totalmente oposta, que só pode ser realmente superada nos casos mais raros. O partido italiano também caiu nesse perigo. A ala direita considerou a filiação à Terceira internacional, a reivindicação de uma república dos conselhos, como simples slogan eleitoral. O processo de diferenciação, a *autêntica* conquista das massas para a *ação* comunista, só pode *começar*, pois, mais tarde (provavelmente em circunstâncias mais propícias). Pelo fato de não terem nenhuma relação imediata com a ação, os slogans eleitorais mostram uma prodigiosa tendência de apagar as contradições, de negar orientações divergentes, atributos mais do que arriscados, justamente no estado atual da luta de classes, quando o que se busca é a união real, ativa, do proletariado, não a unidade aparente entre os velhos partidos.

5

Entre as dificuldades quase insuperáveis para uma ação comunista no parlamento encontra-se a enorme independência e, inclusive, a lógica autônoma que o grupo parlamentar costuma possuir dentro da vida partidária. É notório – ainda que não se possa analisar aqui

detalhadamente – que isso representa uma vantagem para os partidos burgueses⁶. Mas o que é lucrativo para a burguesia é, quase sem exceção, arriscado para o proletariado. Assim também neste caso, em que, como consequência dos perigos da tática parlamentar expostos anteriormente, estes só podem ser evitados com alguma perspectiva de êxito quando *a atividade parlamentar encontra-se submetida, em toda a sua dimensão e incondicionalmente, à direção central extraparlamentar*. Isso parece evidente no plano teórico, mas a experiência nos mostra que a relação entre partido e fração parlamentar inverte-se, quase sem exceções, e o partido é arrastado pela fração parlamentar. Assim, por exemplo, no caso Liebknecht, durante a guerra, quando aquele aludiu (naturalmente em vão) ao caráter vinculante do programa partidário frente a fração do Reichstag.⁷

Ainda mais difícil que a relação entre a fração parlamentar e o partido é a que existe entre a primeira e o conselho operário. A dificuldade de formular a pergunta de um modo teoricamente correto, novamente lança uma luz clara sobre a índole problemática do parlamentarismo na luta de classes do proletariado. Os conselhos operários, enquanto *organizações de todo o proletariado* (tanto do consciente como do inconsciente) *apontam, por sua simples existência, mais além da sociedade burguesa*. São, em sua essência, organizações revolucionárias da expansão, a capacidade de ação e o poder do proletariado; como tais, são verdadeiros termômetros do progresso da revolução. Pois tudo que se desenvolve e alcança nos conselhos operários é algo arrebatado à resistência da burguesia e, portanto, não tem valor apenas enquanto resultado, mas sobretudo como instrumento educativo para a ação dotada de consciência de classe. Tentativas (como a do USPD⁸) para “ancorar” os conselhos operários “na constituição”, para assegurar-lhes legalmente um campo de ação determinado, revelam, pois, um ponto culminante do “cretinismo parlamentar”. *A legalidade mata o conselho operário*. Como organização ofensiva do proletariado, revolucionário, o conselho operário só existe na medida em que põe em risco a existência da sociedade burguesa, na medida em que luta e prepara, passo a passo, a destruição desta sociedade e, com isso, a construção da sociedade proletária. Toda legalidade – isto é, a adaptação à sociedade burguesa com determinados limites de competência – transforma a existência dos conselhos em uma existência aparente: o conselho operário se converte em uma combinação de clube de debates, comitê e caricatura do parlamento.

⁶ Isso está vinculado às vantagens obtidas pela burguesia graças a, assim chamada, separação dos poderes de governo.

⁷ Karl Liebknecht, *Klassenkampf gegen den Krieg* [Luta de classes contra a guerra]. Berlim, 1915, p. 53.

⁸ *Unabhängige Sozialdemokratische Partei Deutschlands* [Partido Socialdemocrata Independente da Alemanha], fundado por K. Kautsky em 1917, em Gotha, e extinto em 1931. [Nota do Tradutor desta edição]

Podem, então, coexistir o conselho operário e a fração parlamentar como armas táticas do proletariado? Seria fácil deduzir, a partir do caráter ofensivo do primeiro e defensivo da segunda, uma relação de complementaridade.⁹ Tais tentativas conciliatórias esquecem, porém, que ofensiva e defensiva são, na luta de classes, conceitos dialéticos, cada um dos quais compreende todo um mundo de ação (isto é, em ambos os casos: manobras individuais ofensivas e defensivas), e só podem ser aplicados, alternadamente, em cada fase determinada da luta de classes. A diferença entre ambas as fases pode ser determinada de modo mais breve e, ao mesmo tempo, mais claro, em relação com a questão que tratamos, da seguinte forma: o proletariado encontra-se na defensiva enquanto o processo de dissolução do capitalismo não tiver começado. Uma vez iniciada esta fase da evolução econômica – independentemente de que esta transformação tenha se tornado consciente ou não; e de que pareça ou não possível constatá-la e demonstrá-la cientificamente – o proletariado *se vê forçado a passar a ofensiva*. Mas, como o processo evolutivo da ideologia não coincide simplesmente com o da economia, e nem sequer corre de forma totalmente paralela, a possibilidade objetiva, como também a necessidade da fase ofensiva da luta de classes, raramente encontram o proletariado preparado no plano ideológico. Como consequência da situação econômica, a ação espontânea das massas assume uma orientação revolucionária; mas é conduzida continuamente por caminhos errados, ou é completamente sabotada, pela condução oportunista, que não quer nem pode desprender-se dos hábitos correspondentes ao estágio defensivo. Na fase ofensiva da luta de classes, portanto, já não se enfrentam hostilmente com o proletariado somente a burguesia e os setores por ela conduzidos, mas também *a própria condução precedente do proletariado*. O objeto a que a crítica tem que se dirigir não é mais, pois, na primeira linha, a burguesia (que já fora sentenciada pela história), mas a ala direita e o centro do movimento operário, sem cuja ajuda o capitalismo não haveria tido, em nenhum país, a menor possibilidade de superar, mesmo que temporariamente, sua crise atual.

Mas a crítica do proletariado é, igualmente, *uma crítica da ação*, um trabalho educativo por meio da ação revolucionária, um ensino por meio do exemplo. Os conselhos operários são o instrumento mais propício que se possa imaginar para alcançar este fim. Pois sua função educativa é mais importante que todas as conquistas que os conselhos podem trazer ao proletariado. *O conselho operário é a morte da socialdemocracia*. Enquanto, no parlamento, é possível encobrir o oportunismo concreto através da fraseologia revolucionária, o conselho operário é forçado a agir... ou deixa de existir. Essa ação, cujo líder consciente tem de ser o

⁹ Proposta, realizada por Max Adler, do conselho de trabalhadores como segunda câmara.

Partido Comunista, provoca a dissolução do oportunismo, gera a crítica que é necessária atualmente. Não é de estranhar que a socialdemocracia tema a autocrítica que aqui se lhe impõe. A evolução dos conselhos operários na Rússia, da primeira revolução à segunda, mostra claramente aonde essa revolução deve levar.

Com isso, restaria teórica e taticamente definida a posição do conselho operário e do parlamento: *quando é possível um conselho operário* (ainda que dentro do marco mais modesto), *o parlamento resulta supérfluo*. Este é, inclusive, perigoso, já que a crítica factível dentro de seu âmbito é apenas a crítica da burguesia, não a autocrítica do proletariado. Este, porém, antes de pisar a terra santa da libertação, deve passar pelo purgatório dessa autocrítica. Por meio dessa autocrítica, o proletariado dissolve, descarta e assim purifica sua própria aparência na era capitalista; aparência que se manifesta do modo mais preciso na socialdemocracia.